

ACCI - Anexo I [2019.1]

| |
|---------------------|
| Data de envio |
| 29/07/2019 14:36:49 |
| Endereço IP |
| 189.89.63.174 |

ACCI - PODER EXECUTIVO

| |
|--|
| Possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS? |
| Sim [Y] |
| Lei de Instituição do Controle Interno: |
| 484/2011 |
| Possui entidade da Administração Pública Indireta? |
| Sim [Y] |
| O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre/semestres anterior, em audiência pública? |
| Sim [Y] |
| Onde foi realizada audiência Pública? |
| Câmara Legislativa Municipal |
| A audiência foi realizada no prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF? |
| Sim [Y] |
| O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso? |
| Não [N] |
| A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso foram estabelecidos pelo Poder Executivo em até trinta dias após a publicação dos orçamentos? |
| Não [N] |
| Houve realização de operação de crédito? |
| Não [N] |
| Qual a modalidade da Operação de Crédito? |
| por antecipação da receita (ARO) [Q3] |
| Foi ordenada operação de crédito, sem autorização legislativa? |
| Não [N] |
| As operações de crédito superaram os limites estabelecidos na Resolução do Senado? |
| Não [N] |
| O montante previsto para as receitas de operações de crédito ultrapassou as despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária? |
| Não [N] |
| Foi prestada garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contra-garantia em valor igual ou superior? |
| Não [N] |
| A ARO foi realizada somente a partir do décimo dia do início do exercício? |
| Não [N] |
| A ARO foi liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro do exercício? |
| Não [N] |

| |
|--|
| O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União? |
| Sim [Y] |
| As disponibilidades constam de registro próprio de modo que recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada? |
| Sim [Y] |
| As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades? |
| Sim [Y] |
| As disponibilidades do RPPS estão aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira? |
| Sim [Y] |
| Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação? |
| Sim [Y] |
| Existem obras paralisadas? |
| Não [N] |
| Existem obras em andamento? |
| Sim [Y] |
| O Poder Executivo ao enviar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao legislativo anexou o relatório com as informações das obras em andamento? |
| Não [N] |
| Houve descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas? |
| Sim [Y] |
| Houve abertura de créditos adicionais? |
| Sim [Y] |
| Foram publicados os decretos de contratação de operações de crédito no exercício, mediante leis autorizativas? |
| Não [N] |
| As alterações de saldos apresentadas nos Decretos de abertura de créditos adicionais representam os mesmos valores demonstrados na contabilidade? |
| Sim [Y] |
| Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados? |
| Sim [Y] |
| Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis? |
| Sim [Y] |
| Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos? |
| Sim [Y] |
| Foi aplicado o percentual mínimo de 25% da receita proveniente de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino? |
| Sim [Y] |
| Houve aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício? |
| Sim [Y] |
| Houve cumprimento do limite mínimo de 15% em ações e serviços públicos de saúde? |
| Sim [Y] |
| Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal e legislação local? |
| Sim [Y] |

| |
|--|
| As contratações de pessoal por tempo determinado são realizadas mediante lei aprovada pela Câmara Municipal? |
| Sim [Y] |
| Houve inclusão, no orçamento, da verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado (sentenças judiciais), constantes de precatórios apresentados até 1º de julho? |
| Sim [Y] |
| Existem pendências de pagamento de precatórios referente ao exercício anterior? |
| Não [N] |
| Houve contabilização como dívida do Ente, dos valores correspondentes aos precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento? |
| Não [N] |
| Houve assunção de obrigações nos dois últimos quadrimestres do mandato, de obrigação de despesa que não tenha sido cumprida integralmente no referido período, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito? |
| Não [N] |
| Houve cumprimento do limite da dívida consolidada? |
| Sim [Y] |
| Houve registro contábil das obrigações do Ente no Passivo Financeiro e Permanente? |
| Sim [Y] |
| Foi detectada ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência? |
| Não [N] |
| Houve ausência de retenção, ou retenção a menor, da contribuição previdenciária dos servidores? |
| Não [N] |
| Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência? |
| Não [N] |
| Houve ocorrência de déficit na execução orçamentária? |
| Sim [Y] |
| Houve cumprimento da estrita ordem cronológica das exigibilidades para cada fonte diferenciada de recursos no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras, prestação de serviços e precatórios? |
| Não [N] |
| Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público? |
| Sim [Y] |
| Os recursos financeiros oriundos de convênios são movimentados em conta bancária vinculada específica? |
| Sim [Y] |
| A despesa com pessoal aumentou nos últimos 180 dias do mandato? |
| Não [N] |
| Houve cumprimento do limite legal da despesa com pessoal? |
| Sim [Y] |
| A Despesa Total com Pessoal atingiu 90% do limite legal? |
| Sim [Y] |
| A Despesa Total com Pessoal excedeu 95% do limite legal? |
| Não [N] |
| O Poder Executivo possui Quadro de Pessoal próprio instituído por lei? |
| Sim [Y] |

| |
|--|
| O quantitativo de servidores é compatível com o quadro aprovado? |
| Sim [Y] |
| Os servidores foram admitidos através de concurso público? |
| Sim [Y] |
| Os documentos relativos ao concurso público e os atos de nomeação ou admissão foram encaminhados ao Tribunal de Contas para registro? |
| Sim [Y] |
| Existem servidores contratados por tempo determinado? |
| Sim [Y] |
| Os contratos estão autorizados por lei específica com motivos devidamente justificados? |
| Sim [Y] |
| Houve ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro)? |
| Sim [Y] |
| Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas? |
| Não [N] |
| Houve receita de alienação de Ativos (bens e direitos)? |
| Não [N] |
| Houve aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente? |
| Não [N] |
| Em caso de alienação, doação e outros havia laudo de avaliação, leis autorizativas e justificativas? |
| Não [N] |
| Houve Bens Incorporados e Desincorporados no Patrimônio Municipal? |
| Não [N] |
| O patrimônio municipal está devidamente registrado e controlado (registro dos bens imóveis e tombamento dos móveis), com termo de responsabilidade assinado pelo responsável pela sua guarda e conservação? |
| Sim [Y] |
| O Poder Executivo possui frota própria de veículos e máquinas? |
| Sim [Y] |
| É realizado o controle de uso e manutenção (gastos com combustíveis, lubrificantes e peças de reposição)? |
| Sim [Y] |
| Houve despesa ordenada sem a autorização legal? |
| Não [N] |
| A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO foi apresentada com os Anexos de Metas e Riscos Fiscais? |
| Sim [Y] |
| As publicações bimestrais dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foram efetuadas nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN? |
| Sim [Y] |
| O envio bimestral do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foi efetuado nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN? |
| Não [N] |
| O Poder Executivo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN? |
| Não [N] |
| O Poder Executivo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN? |
| Sim [Y] |

| |
|---|
| Ocorreram fatos que requeressem a limitação de empenhos? |
| Não [N] |
| Houve limitação de empenhos e movimentação financeira, nos casos estabelecidos no art. 9º, da LC nº 101/00? |
| Não [N] |
| O Poder Executivo instituiu e cobra todos os impostos e taxas de sua competência conforme disposto no art. 11 da LC nº. 101/2000? |
| Não [N] |
| O Poder Executivo inscreve na Dívida Ativa os contribuintes inadimplentes com o recolhimento dos impostos devidos e adota as providências para cobrança? |
| Sim [Y] |
| O orçamento foi superestimado? |
| Não [N] |
| O subsídio do Prefeito obedece ao estabelecido em lei? |
| Sim [Y] |
| O subsídio do Vice-Prefeito está em conformidade com a legislação pertinente? |
| Sim [Y] |
| Os subsídios dos secretários guardam consonância ao estabelecido em lei? |
| Sim [Y] |
| Existe análise e manifestação do responsável pelo Controle Interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres? |
| Sim [Y] |
| Todos os processos de realização de despesas são submetidos à verificação e análise do Controle Interno? |
| Não [N] |
| Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados? |
| Não [N] |
| Houve despesa não empenha de competência do referente período? |
| Não [N] |
| Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade? |
| Sim [Y] |
| Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal? |
| Sim [Y] |
| Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar? |
| Sim [Y] |
| Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal? |
| Sim [Y] |
| O Poder Executivo tem implantada em seus órgãos, a conta Almojarifado, destinada ao registro e controle das aquisições, aplicações e estocagem dos produtos e materiais adquiridos durante o exercício? |
| Sim [Y] |
| O registro da conta Almojarifado atendeu às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público? |
| Sim [Y] |
| Existe instrumento legal determinando o valor e disciplinando a concessão de diárias? |
| Sim [Y] |
| O Poder Executivo possui Comissão Permanente de Licitação regular? |
| Sim [Y] |

Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal nº 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão?

Sim [Y]

Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores?

Sim [Y]

O Poder Executivo mantém cadastro atualizado de todos os fornecedores e prestadores de serviços da administração municipal?

Não [N]

Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário acima:

.

NOTAS EXPLICATIVAS (justificativas e indicação das providências adotadas quanto as falhas e irregularidades ou ilegalidades constatadas):

Questão: Qual a modalidade da Operação de Crédito? desconsiderar resposta, pois não houve no exercício de 2019 operação de crédito;

Questão 24 - não houve decreto, mas a lei 1049/2019 referente a crédito adicional foi publicada no DOE dia 25/03/2019;

Questão 35 - O município encontra-se em Regime especial de pagamento de precatório, em acordo celebrado junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que se perfaz com repasse mensal de valores fixados pelo próprio Tribunal, sendo este responsável pela distribuição do pagamento aos beneficiários contantes nos mapas de precatórios, portanto não ha pendências quanto ao pagamento de precatórios, tendo em vista que o Município vem cumprindo com os repasses mensais acordados junto TJ/AL;

Questão 64 - O poder executivo possui uma frota de veículos, que contem 111 veículos de marca e modelos diversos. Entretanto, pelo grande volume de atividades diante das inúmeras demandas oriundas dos setores que fazem parte do escopo da administração municipal, faz-se necessária a locação de veículos no intuito de dar celeridade aos trabalhos realizados pela prefeitura, através das suas secretarias, como também oferecer atendimento humanizado, igualitário e de qualidade a população vilelense no campo e na cidade.

Questão 80 - Parcialmente, só existe manifestação do Controle Interno em processos licitatórios e convênios.

Questão 81 - por amostragem;

questão 82 - A Controladoria Interna do Município embora não tenha detectado ilegalidades no curso dos trabalhos realizados no exercício de 2019.1, não exclui a possibilidade de existência, visto que os testes foram realizados por amostragem, nos termos das normas que disciplinam as auditorias internas.